

**CAMPONESES ASSENTADOS NO PONTAL DO
PARANAPANEMA NA DINÂMICA DA SUBORDINAÇÃO AO
CAPITAL AGROINDUSTRIAL**

**PEASANTS IN THE PONTAL OF PARANAPANEMA IN THE
DYNAMICS OF SUBORDINATION TO THE AGROINDUSTRIAL
CAPITAL**

**CAMPESINOS EN EL PONTAL DO PARANAPANEMA EN LA
DINÁMICA DE LA SUBORDINACIÓN AL CAPITAL
AGROINDUSTRIAL**

Maria Aparecida Martins dos Santos¹
maria_martins@live.com

Calos Alberto Feliciano²
cacafeliciano@hotmail.com

Daniel Christante Cantarutti³
danielcantarutti@gmail.com

Gabriel Pereira⁴
sgazinho@gmail.com

Giovana Carolina Souza Oliveira Soares⁵
giovana.oliveira95c@gmail.com

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus Presidente Prudente. Membro do grupo de pesquisa CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e CETAS (Centro de Estudos de Trabalho, Ambiente e Saúde).

² Professor Pesquisador no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus Presidente Prudente. Membro do grupo de pesquisa CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e CETAS (Centro de Estudos de Trabalho, Ambiente e Saúde). Coordenador no grupo NEAPO (Núcleo de Estudos de Agroecologia do Pontal do Paranapanema).

³ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus Presidente Prudente. Membro do grupo de pesquisa CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e CETAS (Centro de Estudos de Trabalho, Ambiente e Saúde).

⁴ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus Presidente Prudente. Membro do grupo de pesquisa CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e CETAS (Centro de Estudos de Trabalho, Ambiente e Saúde).

⁵ Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus Presidente Prudente. Membro do grupo de pesquisa CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e CETAS (Centro de Estudos de Trabalho, Ambiente e Saúde).

Resumo: A região do Pontal do Paranapanema, localizada no Oeste do Estado de São Paulo, possui 117 assentamentos rurais frutos do processo de Reforma Agrária, se configurando como uma das regiões do Brasil onde a questão agrária se torna mais latente, sobretudo pela concentração de assentamentos rurais e quantidade de famílias assentadas. Diante disso, nos chama a atenção às discussões sobre as formas de reprodução destas famílias camponesas, das quais se destaca a subordinação ao capital agroindustrial, levando-os à integração por meio da produção de pepinos para conserva. Os resultados da pesquisa revelam a subordinação da renda e do trabalho das famílias mostrando como essa dinâmica de produção controla o tempo, a produção e o trabalho e como coloca em risco a saúde das famílias pela quantidade de agrotóxicos utilizados.

Palavras-chaves: Campesinato. Subordinação. Agrotóxicos. Pontal do Paranapanema. Pepino.

Abstract: The Pontal do Paranapanema region, located in the west of the State of São Paulo, has 117 rural settlements resulting from the Agrarian Reform process, becoming one of the regions of Brazil where the agrarian question becomes more latent, mainly due to the concentration of settlements and the number of families settled. In view of this, we are drawn to the discussions about the reproductive forms of these peasant families, of which subordination to the agricultural industry capital stands out, leading them to integration through the production of pickled cucumber. The results of the research reveal the subordination of the income and the work of the families showing how this production dynamics controls the time, the production and the work and how it puts at risk the health of the families by the amount of pesticides used.

Key-words: Peasantry. Subordination. Pesticides. Pontal do Paranapanema. Pickled cucumber.

Resumen: La región del Pontal do Paranapanema, ubicada en el Oeste del Estado de São Paulo, tiene 117 asentamientos rurales frutos del proceso de Reforma Agraria, configurándose como una de las regiones del Brasil donde la cuestión agraria se vuelve más fuerte, sobre todo por la concentración de los asentamientos rurales y la cantidad de familias asentadas. Por lo tanto, nos llama la atención las discusiones sobre las formas de reproducción de estas familias campesinas, de las cuales se destaca la subordinación al capital agroindustrial, llevándolos a la integración por medio de la producción de pepinos para conservar. Los resultados de la investigación revelan la subordinación de la renta y del trabajo de las familias mostrando cómo esa dinámica de producción controla el tiempo, la producción y el trabajo y cómo pone en riesgo la salud de las familias por la cantidad de pesticidas utilizados.

Palabras claves: Campesinado. Subordinación. Pesticidas. Pontal do Paranapanema. Pepino.

INTRODUÇÃO

Este texto é um dos resultados de pesquisa que busca compreender a produção de pepinos na região do Pontal do Paranapanema – São Paulo, Brasil, como uma forma de subordinação do campesinato ao capital agroindustrial. Nesse sentido, pretende-se descrever observações feitas em campo e problematizá-las de acordo com o aporte teórico sob o qual estamos nos referenciando, tendo como base o levantamento de informações primárias advindas de entrevistas semiestruturadas. Preocupamo-nos em trazer relatos que foram coletados em campo com as famílias entrevistadas, para que dessa forma possamos dar subsídios às análises críticas sobre a dinâmica do trabalho nesta atividade. Os estudos revelam a espacialização da empresa Refricon Mercantil S.A desde 2015 e como são as estratégias dessa relação de subordinação que controla o tempo de produção e trabalho da família camponesa.

A região do Pontal do Paranapanema compreende hoje 117 assentamentos de reforma agrária com cerca de 7 mil famílias assentadas das quais 141 estão envolvidas em

diversos estágios e ciclos da produção de pepinos. Compreendemos esse processo de produção como subordinação, porém há autores que denominam integração ou parceria. Estas famílias estão situadas em 19 assentamentos localizados nos municípios de Presidente Epitácio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Teodoro Sampaio e Rosana. Todos esses assentamentos foram conquistados, principalmente, por via da luta pela terra promovida pela organização de movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que lutam até hoje pela garantia da Reforma Agrária e pela permanência na terra.

A principal renda atualmente nos assentamentos do Pontal é a pecuária leiteira, entretanto, para que a produção leiteira seja rentável ela necessita de um alto investimento com animais, pastagens e refrigeração, o que foge das condições financeiras concretas das famílias, e acaba forçando-os a permanecer nesta atividade com uma produção pequena e artesanal, somando-se o fato de que os preços pagos pelos laticínios oscilam bastante.

Outra forma de reprodução comum na região é a produção de alimentos que oriunda uma variedade de culturas para a entrega – ou era – de alimentos em programas de incentivos governamentais como, a Companhia Nacional de Alimentos (CONAB) e o Programa de Aquisição Alimentos (PAA) e até mesmo comercialização em feiras livres. Porém, a atuação desses programas está enfraquecendo e as famílias não encontram opções para destinar seus alimentos.

Com este cenário, aparecem empresas com discursos de gerar renda em curto prazo para os assentados, que se veem sem alternativas de garantia da reprodução da família através do apoio do Estado. Esta é a lógica adotada pela empresa Refricon Mercantil S.A., que atua no setor de *fast food's* com a produção de alimentos processados, possuindo várias unidades por todo o território brasileiro, em nosso caso, a unidade localizada em Bataguassu (MS) que opera serviços na região do Pontal do Paranapanema.

A empresa iniciou essa relação de “integração” em 2015 utilizando o Assentamento São Paulo – localizado no município de Presidente Epitácio (SP) como teste para o cultivo de pepinos. Neste contexto, a produção integrada ao capital agroindustrial estabelece um processo de subordinação da renda e do trabalho dos camponeses. O progressivo corte das políticas públicas voltadas para a produção de alimentos diminuiu as alternativas de reprodução das famílias camponesas, encontrando na integração uma fonte de renda.

As estratégias de subordinação da empresa criam uma dinâmica de endividamento constante das famílias camponesas, as quais iniciam o plantio com intuito de obtenção de renda, contudo, apenas parte desta é destinada para as famílias, pois, as dívidas adquiridas na

compra dos fertilizantes e infraestrutura necessária para o plantio drena grande montante dos ganhos oriundos da produção. Permanecem no plantio com intuito de saldar as dívidas adquiridas nas safras anteriores e com a esperança de obtenção de uma renda que garanta a permanência na terra.

Ademais, a rotina de trabalho imposta na produção segue a lógica industrial. O tempo de trabalho alinha-se com as exigências do pacote imposto pela empresa, estabelecendo um padrão cronometrado para as atividades laborais. A intensa jornada de trabalho, padronizada, estende-se ao longo do dia, criando uma dinâmica de subordinação do trabalho vinculada à lógica do capital agroindustrial.

Subordinação da renda e do trabalho dá a tônica do processo de integração, o qual vincula à permanência dos camponeses na terra as dinâmicas de exploração. Refletir sobre este processo é imprescindível, sobretudo na atual conjuntura política marcada pelo avanço do neoliberalismo e estagnação da reforma agrária.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver a pesquisa, e contemplar o nosso objetivo de estudo, recorreremos à pesquisa qualitativa para levantar informações a respeito da dinâmica territorial do campesinato, o processo de trabalho, as problemáticas resultantes da relação entre as famílias camponesas e a empresa e outros temas. Juntamente com isso, utilizamos ferramentas da pesquisa quantitativa para sistematizar, categorizar e representar dados do processo produtivo do pepino.

Para recobrir esse tema, que se apresenta com em recorte territorial vasto 19 assentamentos territorializados em 5 municípios somando um total de 141 famílias, formou-se uma equipe composta por professores e pesquisadores de graduação e pós-graduação. Para dar o pontapé inicial foi realizado um trabalho de campo exploratório para conhecer o cultivo do pepino e como ele estava se expandido no território do Pontal e assim, entender as relações de trabalho que se formaram a partir da inserção dos assentados nesse cultivo.

Na realização desse campo identificamos que o Assentamento São Paulo, foi escolhido como o modelo para a indústria de alimentos em conserva se inserir no Pontal do Paranapanema. Após o campo realizamos uma pesquisa bibliográfica em textos, periódicos, artigos, livros, teses e dissertações para ter suporte teórico sobre os temas relacionados ao: campesinato, trabalho, uso de agrotóxicos, subordinação, integração e produção de alimentos. A partir desse levantamento realizamos colóquios, discussões de textos e reuniões de trabalho para organização das atividades do projeto.

Concomitante a isso, foram planejados e desenvolvidos novos trabalhos de campo (através de um roteiro semiestruturado), para registrar informações detalhadas sobre o processo de subordinação no qual as famílias estão envolvidas.

As informações de campo resultaram na elaboração de um banco de dados que está composto por: entrevistas (áudios e transcrições), fotografias, vídeos e dados georreferenciados. A partir da realização dos trabalhos de campo e a organização das informações construídas, foram realizadas reuniões para a análise, interpretação das informações, que resultaram na construção de textos, mapas e tabelas. Estes produtos têm sido compartilhados em colóquios com pesquisadores do projeto ao qual estamos vinculados e em eventos científicos.

O PONTAL DO PARANAPANEMA: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

A região do Pontal do Paranapanema localizada no extremo Oeste do Estado de São Paulo, Brasil vem sendo marcada historicamente como um território de conflitos, violências e disputas (FELICIANO, 2009) por classes distintas – como colonizadores, indígenas, grileiros, posseiros, movimentos sociais, trabalhadores rurais, camponeses – de uma mesma sociedade.

Esse território era ocupado por grupos indígenas que foram exterminados de forma violenta da região pelos colonizadores. Ao obter sucesso com a varredura dos povos indígenas que viviam na região, se abriram os caminhos para a chegada de latifundiários grileiros que passam a disputar entre si as terras da região, dando início ao um novo conflito que tinham por objetivo justificar quem eram os donos daquele montante de terras. Nesse sentido foram realizados inúmeros “grilos” como tentativas de comprovar a legitimidade das terras.

Os dois maiores grilos que deram origem a muitos outros é a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio que inicialmente era de posse de José Gouveia e a fazenda Boa Esperança do Águapey com posse de José Teodoro de Souza. Essas duas fazendas geraram conflito entre os grileiros que solicitaram a propriedade da terra, e por não conseguirem realizar o acordo que leva a obtenção das terras partilharam entre eles. Mesmo tendo realizado a partilha seus herdeiros ainda tentaram outras vezes realizar a legalização da propriedade dessas terras por meio de falsificação de documentos e com a justificativa de terem plantações na terra.

Posteriormente, essa disputa e a divisão levaram a um processo intenso de venda e troca de terras formando outros “grilos”. Esse processo de grilagem aumentou com a

abertura da Estrada de Ferro Sorocabana, favorecendo o mercado de terras e o surgimento de novos municípios. Dessa forma este período foi marcado pelo desenvolvimento demográfico, econômico e social que contribuíram para a caracterização e consolidação deste território.

Tendo a região se formado por meio de disputas e embates entre classes distintas uma parcela da sociedade os trabalhadores rurais e urbanos com o amparo de movimentos de igreja, de camponeses, e principalmente pela chegada ano de 1984 do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passa a atuar na região pelo direito que foi negado pelos grileiros de acesso e permanência terra e sua permanência nela. O envolvimento do MST na região com ações e ocupações de terra passa a causar impacto socioterritorial (FERNANDES, 2001), a primeira ocupação de terras ocorreu em julho de 1990 segundo o mesmo autor, no município de Teodoro Sampaio – SP.

Desde o início da década de 1990 o MST vem atuando na região e vem protagonizando a configuração de lutas no campo, por meio da realização de trabalho de base, organização de ocupações de terras e outras ações que contribuíram para pressionar o Estado no processo de arrecadação das terras públicas griladas sob posse dos latifundiários grileiros, caracterizando um período de intensos conflitos. Ao longo da década de 1990 ocorreram 380 ocupações de terras, com a participação de 62.105 famílias sem-terra. Foram conquistados 79 assentamentos rurais assentando 4.085 famílias (ORIGUÉLA, 2012).

A materialização da luta pela terra através da formação de assentamentos rurais simboliza uma resistência histórica camponesa na negação do latifúndio como estrutura fundiária e da monocultura e *commodities* como formas de produção agrícola. As lutas ocorridas e as conquistas alcançadas, hoje se consolidam nos assentamentos rurais e na produção de alimentos protagonizadas pelas famílias camponesas. Para Mazzini (2007) as ações de ocupação de terra articuladas em todo país, e que atualmente ainda estão em curso, têm por finalidade tornar pública a gravidade da concentração fundiária.

Dados mais recentes mostrados Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), refletem o quanto os embates travados foram importantes para a conquista dos assentamentos, na tabela se tem números expressivos de assentamentos criados na última década. Isso reflete também nas terras que deixam de ser herança de grileiros e passam fazer parte de assentamentos rurais destinados a famílias que resignificam o uso dessas terras como espaços de luta e resistência, e que de acordo com a tabela podemos comprovar a grande área que os assentamentos vêm ocupando no Pontal em meio a gado, cana-de-açúcar e latifúndios.

Tabela 1 - Assentamentos do Pontal do Paranapanema

MUNICÍPIOS	ASSENTAMENTO S	FAMÍLIAS	ÁREA (em hectares)
Caiuá	8	446	10.736
Euclides da Cunha Paulista	9	519	10.935
Iepe	2	89	561.99
João Ramalho	1	29	54,69
Marabá Paulista	6	261	6.481
Martinópolis	2	124	2.745
Mirante do Paranapanema	35	1.698	35.470
Piquerobí	3	84	2.595
Presidente Bernardes	8	266	7.193
Presidente Epitácio	4	342	6.088
Presidente Venceslau	8	448	10.101
Ribeirão dos Índios	1	NI	NI
Rancharia	2	178	4.265
Rosana	4	768	18.307
Sandovalina	2	198	4.017
Teodoro Sampaio	21	884	23.371
TOTAL	116	6334	142.359

Fonte: Dados DATALUTA, 2018. Organização Autores: 2018.

Com a consolidação do assentamento, surge uma problemática em torno da forma como eles são implantados, buscando a inserção da família camponesa dentro da produção capitalista, que entende que o camponês só obtém êxito ao se submeter ao desenvolvimento rural com políticas que formam um agricultor totalmente integrado ao mercado e submetido à lógica capitalista. O que dá margem para que empresas adentrem nos assentamentos e submetam os assentados ao processo de trabalho da indústria, utilizando seu tempo e sua mão de obra para o trabalho. Nos assentamentos do Pontal essa problemática se evidencia através da existência de laticínios, indústrias canavieiras, indústrias

de bicho-da-seda, e mais recentemente a indústria do ramo alimentício que visam se estabelecer dentro dos assentamentos colocando as famílias camponesas em uma posição de subordinado e alterando sua relação com tempo e espaço.

Atualmente, a fonte de renda mais comum entre as famílias camponesas na região é a pecuária leiteira. Isto se deve, sobretudo, ao subsídio governamental via Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na qual facilita a aquisição de animais e a manutenção dos pastos. Além disso, temos também toda a herança da pecuária latifundiária anterior à formação dos assentamentos rurais de reforma agrária, como afirma Rabello (2014, p. 66):

As informações levantadas nos mostraram que nos Assentamentos estudados, o principal uso da terra é com a pecuária leiteira. Podemos atribuir esta característica a dois fatores principais. Primeiro, as principais linhas de crédito e financiamento para as famílias assentadas são direcionadas para a compra de gado e reforma de pasto. Segundo, porque os camponeses recebem a terra já com a herança da pecuária de corte/extensiva, das ex-fazendas griladas, que durante os anos de 1990 (período onde ocorreu a maior distribuição de terras no Pontal) era a principal atividade desenvolvida pelos latifundiários/grileiros. Além disso, em depoimento os assentados reclamam que as características da terra não são muito favoráveis para a agricultura, restando apenas a produção de leite como opção.

Embora o leite se mantenha como principal atividade desenvolvida pelas famílias, elas têm se dedicado a outras atividades para diversificar o uso da terra e complementar a renda. Informações levantadas através da observação realizada em campo constata que estas famílias se dedicam na agricultura, piscicultura e horticultura. Estes alimentos produzidos têm sido comercializados no PAA (Programa de Aquisição de Alimento) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e feiras livres.

Instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do programa Fome Zero, e vinculado com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), o PAA, teve como objetivo incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar, e com isso promover o acesso à alimentação a pessoas em situação de insegurança alimentar. Esse incentivo se dá através da garantia de compra dos diversos produtos e culturas produzidos no lote, contrastando com a lógica latifundiária de monocultivo. Esse programa incentiva inclusive, produções orgânicas e agroecológicas, por mais que essas fossem uma pequena parcela.

O programa iniciado em 2003 expandiu-se gradualmente chegando a atender em 2012, ano de seu apogeu, 852 famílias pela categoria CPR-Estoque, e 2.152 famílias através da categoria CDS (Compra para Doação Simultânea) só no Pontal, sobretudo nos municípios de Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio e Sandovalina. No ano seguinte, no entanto, pouco mais de 50% dos recursos destinados a essa política foram cortados,

consequentemente reduzindo o número de famílias aprovadas neste programa em praticamente 70%. Em 2014, o investimento volta a crescer, mas ainda longe do que já fora.

“No ano de 2015, o PAA sofreu cortes relevantes de recursos devido à “crise” econômica e à instabilidade política que anunciava o golpe”. (LEAL, 2017, p.63). Pressionados pela oposição, o governo de Dilma, tentando se manter no poder, acabou por realizar cortes de verbas justamente na marca dos Governos do PT: os programas sociais.

Oito dos nove principais programas sociais que entraram em vigor ou tiveram seu auge nos governos Lula e Dilma perderam recursos em 2015, mostra levantamento do Estado com base em dados do Orçamento da União. O cenário para 2016 aponta mais retração de programas que são símbolos do governo. Para a oposição, a situação fortalece a sua estratégia de fazer embate político com os petistas na área social. [...] A Confederação de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) confirma o impacto dos cortes e diz receber reclamações de atrasos de pagamento aos profissionais rurais. O governo nega a falta de pagamentos e cortes, mas confirma a redução do orçamento do programa este ano e também na previsão orçamentária de 2016. Enquanto em 2014 o orçamento da Aquisição de Alimentos era de R\$ 1 bilhão, este ano a previsão de gastos já havia caído para R\$ 647 milhões. Desse montante, foram gastos até setembro R\$ 300 milhões (O Estado de São Paulo, 08/02/2016)⁶

O retrocesso nas políticas públicas apresentados desde o ano de 2013, sobretudo, após o golpe político concretizado no ano de 2016, deixou muitas famílias camponesas desamparadas e com poucas condições de subsistência. Com isso, abriu-se um campo aberto para a atuação de capitais privados agroindustriais dentro dos assentamentos rurais de reforma agrária integrando e subordinando essas famílias.

INTEGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL

Diante do cenário que se construiu, a empresa *Refricon Mercantil Vegetals S.A.*, viu uma possibilidade de expansão das suas atividades nos assentamentos rurais no Pontal. A estratégia da empresa foi justamente se aproveitar da ausência do Estado e das dificuldades para obtenção de assistência técnica, para se utilizar do discurso de retorno financeiro alto e rápido para convencer as famílias a aderirem ao seu projeto.

⁶ Manchete: “Governo corta verbas de sete programas sociais”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/governocorta-verbas-de-sete-programas-sociais-17807046>> Acesso em: 22/08/2018.

A *Refricon Mercantil Vegetabs S.A.*, empresa responsável pela produção de pepinos em “parceria” com as famílias camponesas, atua a 28 anos na área de produtos alimentícios vegetais processados, cujos clientes são geralmente grandes empresas do setor alimentício do país. Entre elas encontra-se: fábricas alimentícias, restaurantes, pizzarias, cozinhas industriais e *fast foods*, sendo fornecedora oficial de produtos vegetais ao McDonald’s Brasil, seu principal cliente.

A Companhia possui várias unidades distributivas espalhadas pelo território nacional. Fundada em 1990, no município de Itapecerica da Serra, interior de São Paulo, logo inaugurou novas unidades: em 1991 no município de Arujá - SP; 2002 em Bataguassu - MS; 2008 em Recife-PE; 2010 em Registro - SP. E por fim, no ano de 2012, a *Refricon*, adquire a empresa Cozinha Fácil, aumentando sua atuação na Região Sul do país. A unidade de Bataguassu - MS é aquela que está diretamente vinculada com as famílias camponesas do Pontal do Paranapanema, e com a produção de pepinos, uma vez que esta unidade é voltada para a produção de alimentos processados em conserva.

No ano de 2015 a empresa, segundo Benini e Feliciano (2016), passou a desenvolver no Assentamento São Paulo uma área experimental para a produção de pepinos que seriam destinados para conserva. O critério inicial para as famílias participarem do projeto desenvolvido pela empresa, era possuir poço do tipo artesiano, devido à grande quantidade de água necessária neste cultivo, além de reservar uma área de um hectare para plantio de 4 mil pés da planta.

Hoje a produção abrange 19 assentamentos (mapa 01 e tabela 02) de reforma agrária, envolvendo 141 famílias nos municípios de Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Euclides da Cunha Paulista, e Rosana.

Mapa 01: Assentamentos produzindo pepinos para conserva no Pontal do Paranapanema (2015-2018)

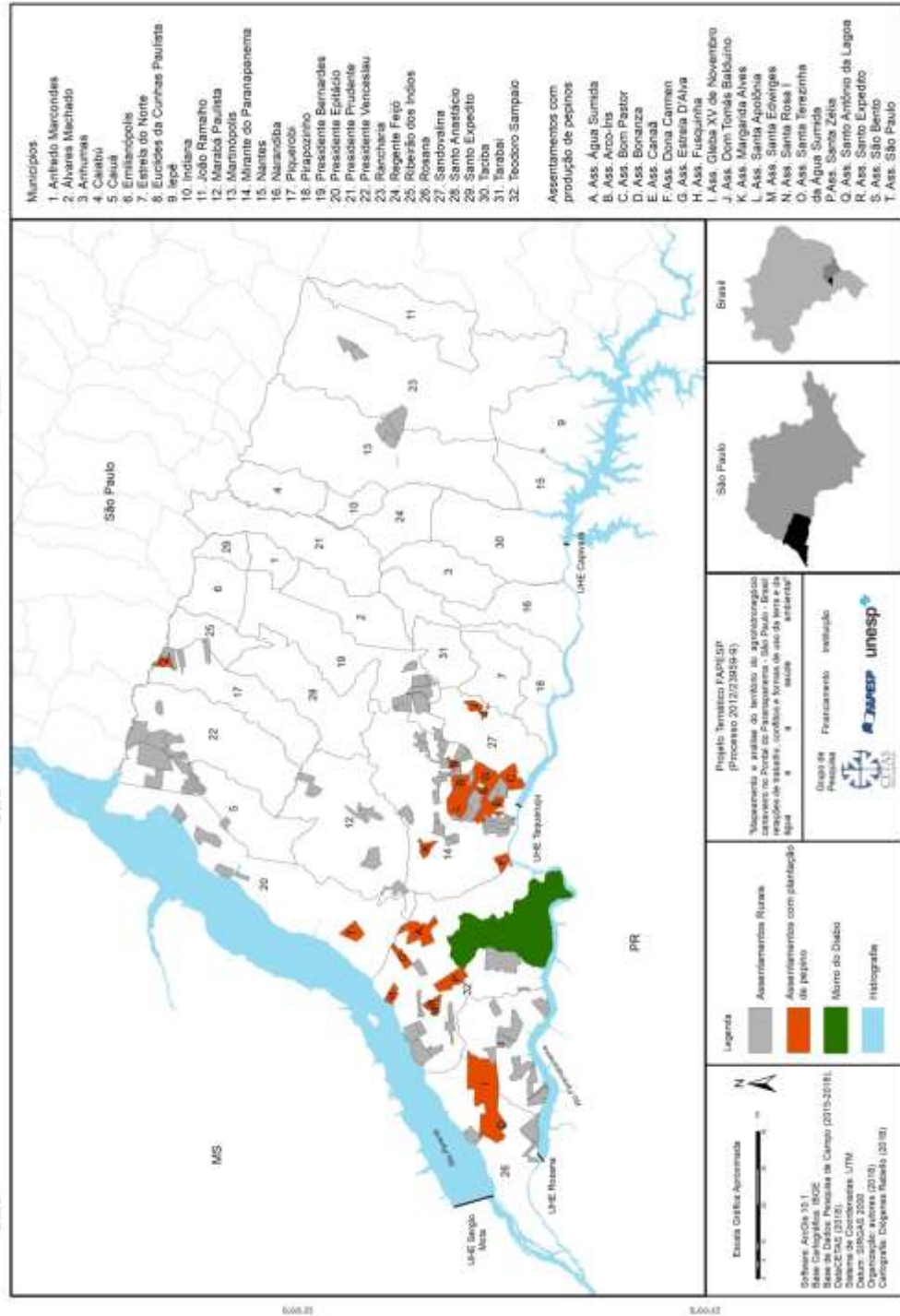


Tabela 02: Número de famílias assentadas produzindo pepinos para conserva no Pontal do Paranapanema (2015-2018)

Município	Assentamentos	Nº de famílias envolvidas no cultivo de pepino	Total de famílias envolvidas por município
Teodoro Sampaio	Água Sumida	5	26
	Santa Teresinha da Água Sumida	5	
	Fusquinha	5	
	Santa Zélia	9	
	Santo Expedito	1	
	Santa Edwiges	1	
Presidente Epitácio	São Paulo	22	22
Mirante do Paranapanema	Santa Rosa II	10	58
	Margarida Alves	12	
	São Bento	6	
	Canaã	5	
	Estrela Dalva	7	
	Arco Íris	6	
	Santa Apolônia	12	
	Dona Carmem	3	
Sandovalina	Guarani	8	14
	Bom Pastor	6	
Rosana	Gleba XV de Novembro	17	18
	Bonanza	1	
TOTAIS	19	141	

Fonte: DataCETAS: Pesquisa de Campo (2015-2018). Organização: autores (2018).

Fazendo a leitura do mapa e da tabela, podemos notar uma espacialização da atuação da empresa pelo Pontal, e a consequente intensificação da subordinação camponesa através das lavouras de pepino.

O fato da safra do pepino ser rápida tem atraído às famílias camponesas a buscar esta alternativa. A variedade de pepino *Sassy Híbrido*, tem um ciclo de 90 dias entre o plantio e a última apanha. O pagamento para compra da produção é feito a cada 15 dias após o início da colheita. Em outras culturas, como o urucum ou mandioca, por exemplo, este ciclo estende-se durante todo o ano, com retorno financeiro após o fim de toda a safra.

A empresa, através de seus técnicos, apresenta um discurso de ganhos altos e rápidos. Porém, neste mesmo discurso, oculta as condições de trabalho a qual as famílias terão de se submeter: jornadas de trabalho exaustivas, e o constante risco de contaminação proveniente do uso indiscriminado de agrotóxicos.

A forma de arrematação destas famílias ocorre geralmente com a visita do técnico da empresa aos assentamentos. Marca-se uma reunião preliminar onde o projeto e discurso da empresa serão apresentados. Há casos em que outras figuras fazem este papel inicial. No Assentamento Gleba XV de Novembro, por exemplo, os relatos demonstram que quem buscou o técnico e organizou o encontro foi um vereador municipal. Em muitos assentamentos, notamos em entrevistas de campo, o estabelecimento de contrato apenas informal/verbal. Foi somente nos últimos assentamentos visitados, especialmente do município de Rosana, que vimos a presença de contratos formais, assinados e reconhecidos em cartório.

Neste contrato, tanto verbal, quanto escrito, a empresa compromete-se a fazer vistorias e oferecer apoio técnico semanal, além da garantia de compra da produção que estiver de acordo com os parâmetros de qualidade e estética previamente estabelecidos pela empresa, ou seja, a compra integral nunca acontece. A família, por sua vez, não poderia extraviar o produto para outros compradores; não poderia manter roça de algumas culturas em proximidade com a área onde seria desenvolvido o plantio do pepino, pois segundo técnicos da empresa poderiam atrair algumas “pragas” e atrapalhar no desenvolvimento do pepino; e ainda ficam responsáveis pela entrega da mercadoria.

Para este escoamento da produção até a empresa *Refricon* de Bataguassu, as famílias organizam-se coletivamente para arcar com os custos do transporte. Neste sentido, quanto mais famílias produzindo dentro de um mesmo assentamento, conseqüentemente menor será o valor do frete, o que acaba se tornando um atrativo a novas famílias ingressarem nesta cultura, embora tenha sido uma reclamação constante entre as famílias que relatam prejuízos na renda com os gastos de transporte.

O fato da família não poder desenvolver alguns outros tipos de atividades de plantio próximos aos pepinos, é um imbróglio para a reprodução e o trabalho destas famílias. Vale destacar que, em termos gerais, as áreas selecionadas para o plantio da roça de pepino são áreas ao redor ou muito próximas a residência das famílias. Isto se dá porque nestes espaços há uma facilidade logística para se trabalhar em tempos mais longos, e porque é onde já estão instalados os poços e caixa d'água. Estando a lavoura próxima a esses elementos, há ainda uma economia nos gastos com material de encanamento. Estes espaços têm sido

historicamente, alvos do plantio de uma grande variedade de alimentos para consumo da própria família e sua subsistência. Impedir esta atividade produtiva significa prejudicar elementos fundamentais da sua reprodução sociocultural. Vemos em Benini (2018), que:

[...] As culturas indesejadas pela indústria são aquelas que historicamente os camponeses utilizam para garantir a diversidade alimentar da família ou dos animais criados, comprometendo com isto, o equilíbrio nutricional da família em função da profissionalização industrial. (BENINI, 2018, p.77).

Quando a família realiza a entrega dos produtos, ocorre uma inspeção que visa identificar quais estão em conformidade com a padronização imposta pela empresa. Segundo as normas, o pepino não pode estar murcho, ou fora do tamanho esteticamente desejado. A circunferência (ou bitola, como é popularmente conhecida), não pode ultrapassar a medida determinada de aproximadamente 4,5 centímetros. Os produtores relatam que toda entrega existe um número alto de descarte, chegando de 15 a 30, ou até 100% quando há alguma praga ou excesso de chuva. Ninguém sabe ao certo para onde vai todo esse pepino “descartado”, uma vez que este fica retido na mesma e não é pago e nem devolvido às famílias.

Após o acordo firmado, tanto verbal quanto escrito, a empresa por meio dos técnicos adianta uma parte de insumos químicos para dar início à produção. A empresa permite que o produtor pague esses produtos conforme sua colheita, ou seja, ele fica subordinado à empresa por meio da dívida. Além do mais, foram colhidos relatos que demonstram que a empresa estaria repassando os produtos a valores elevados em relação ao mercado. Além dos produtos fornecidos pela empresa para serem pagos com a renda da produção, outros materiais devem ser comprados para preparar a roça, o que aumenta ainda mais o investimento, e conseqüentemente a dívida.

Há uma estratégia adotada pela empresa, justamente na intenção de garantir o processo de subordinação, que consiste em receitar a compra de materiais, sobretudo os insumos químicos, acima da quantidade necessária para uma única safra. Desta forma, com o material sobressalente, os técnicos incentivam as famílias a persistirem na produção com o discurso de que poderão economizar na próxima compra de materiais.

Os recursos investidos na produção são extremamente altos para as condições concretas de reprodução das famílias camponesas. Na maior parte dos casos, essas famílias buscam empréstimos com familiares, ou em bancos e outras formas de financiamento privado. Nos casos em que, logo na primeira experiência de plantio da família, ela vivencia um prejuízo com a produção e não consegue honrar o seu investimento, a dívida fica estabelecida entre a família e a empresa. Assim, partir para mais uma safra acaba sendo uma

alternativa buscada pela família e incentivada pela empresa, na intenção de que a dívida seja saldada.

Vemos com isso, que posto o cenário de insuficiência de ação por parte do Estado que não fornece assistência técnica e políticas públicas para a reprodução sócio territorial das famílias camponesas no Brasil, estas iniciativas privadas, como o caso da *Refricon Mercantil*, integram as famílias a um processo de subordinação como alternativa de sobrevivência.

SUBORDINAÇÃO DA RENDA CAMPONESA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

O processo de integração da produção camponesa à empresa revela de forma emblemática a subordinação da renda camponesa ao capital. A falência das políticas públicas voltadas para manutenção da unidade da família camponesa vincula a geração da renda do camponês ao capital agroindustrial, o qual por meio da integração impõe controle da rotina de trabalho e subordina a renda camponesa através de estratégias de endividamento das famílias presentes na compra de mercadorias necessárias para iniciar a produção, conjuntamente com os baixos preços ofertados pela empresa as famílias integradas no plantio de pepino.

Como apresenta Bombardi (2004, p. 258) “para o camponês, estar endividado é sinônimo de vergonha”. Deste modo, parte de sua renda é destinada a cobrir os gastos iniciais, os quais foram antecipados pela empresa. Entendemos com isso a manifestação de uma das facetas da subordinação da empresa que usa da moral do camponês para empregar seu pacote de exploração, além de que, a empresa não precisa estar diretamente produzindo no campo, mas encontram formas de se apropriar e subordinar a produção (BOMBARDI, 2011).

Podemos afirmar que “a geração de renda da terra no processo de trabalho camponês não significa apropriação pelo mesmo, pois, a renda territorial gerada através de seu trabalho é apropriada em parte pelo capital industrial” (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 50). Apenas parte do montante pago pela empresa retorna para reprodução das condições de vida das famílias, endereçando-se grande montante para arcar com o custeio da infraestrutura necessária para o início, manutenção da produção de pepinos e contratação de mão-de-obra em períodos específicos. A necessidade de obter meios de troca monetários, aliados a falta

de políticas públicas voltadas para agricultura camponesa força os camponeses ao processo de integração, se entregando a lógica do capital.

Desta forma, partindo do entendimento de Oliveira (1986):

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura; ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra (OLIVEIRA,1986, p.67).

A realidade presente nos lotes dos Assentamentos do Pontal do Paranapanema integrados a produção de pepinos manifesta essa dinâmica de subordinação da renda e trabalho dos camponeses. A renda que tanto necessitam para reprodução de sua unidade familiar encontra-se atualmente no cultivo de pepino para agroindústria (*Refricon Mercantil*), colocando-o em uma situação de exploração contínua, haja vista que sua renda é drenada pelo capital desde o início do processo do plantio.

Para honrar as dívidas adquiridas e frente à escassez de alternativas continuam no plantio de pepino trabalhando. Enquanto camponeses seu sobretrabalho não visa o acúmulo e reprodução do capital, o trabalho envolve todos os membros da unidade familiar e estende-se por horas (10 a 12 horas) não com intuito de alcançar patamares ótimos de lucratividade, mas sim de reproduzir a existência familiar no lote.

Tanto sua renda, como seu trabalho vincula-se ao capital nesse processo contraditório, onde os camponeses mantem-se proprietário dos seus meios de produção e supostamente autônomo em relação ao seu processo e rotina de trabalho. Mas, a realidade aponta em uma direção contrária quando observamos a rotina de trabalho na plantação de pepino sendo determinada pelos procedimentos e padrões exigidos pela empresa. A lógica adotada vincula-se aos processos industriais, exigindo uma padronização dos pepinos, o que conseqüentemente coloca o camponês em um processo de trabalho cronometrado sob pena de grandes perdas da produção. Pois, quando há “descuido” os pepinos recebem quantidade maior de insumo e crescem além do tamanho desejado esteticamente pelo mercado.

O insucesso de uma safra significa o endividamento constante da família camponesa, a grande maioria mantém-se no processo de integração adquirindo empréstimos (endividamento programado) da empresa para arcar com os custos do plantio e somente saldar as dívidas quando recebem as safras. Desta forma, uma safra perdida ou fora dos padrões leva a família camponesa ao endividamento permanente, forçando em alguns casos a continuar no plantio com a esperança de que nas próximas haja a possibilidade de quitar as dívidas e obter alguma renda.

Esta realidade de subordinação da renda camponesa por meio da integração às cadeias agroindustriais não se limita apenas na produção de pepinos. Paulino (2004) adverte sobre processo similar no estado do Paraná, onde os camponeses também sustentam a indústria através do fornecimento de matéria prima, neste caso o leite entregue pelos camponeses à indústria torna possível a reprodução do capital industrial. Em moldes não distintos do que ocorre na produção de pepinos, todo o investimento de infraestrutura recai sobre as famílias.

Segundo Paulino (2004):

Isso indica que o ônus da produção e reprodução ampliada do capital continua recaindo sobre os trabalhadores, entre os quais os camponeses, diretamente afetados pelo custo crescente para produzir e pela apropriação decrescente da renda (PAULINO, 2004, p.13).

Deste modo, concordamos com Oliveira (2007) no entendimento da adoção de relações não capitalistas de produção no campo visando à reprodução ampliada do capital, pois, se torna rentável drenar a renda dos camponeses através de processos de integração, forçando-os a assumir os custos e riscos da produção sob o pretexto de maior liberdade e autonomia dos camponeses. O que na prática se revela falso, haja vista o diminuto ganho financeiro das famílias após quitar as dívidas adquiridas na compra dos insumos e infraestrutura necessária para o cultivo do pepino.

Refletir sobre esta dinâmica de integração/subordinação da renda e trabalho camponês nos obriga ajustarmos nossos olhares para as contradições existentes no modo capitalista de produção, o qual não se faz presente apenas nas cidades, mas também no campo. Se de um lado a integração do camponês ao capital industrial gera a exploração da família camponesa, de outro se recria a possibilidade de manutenção e reprodução do campesinato, o qual não se integra de forma passiva, pelo contrário, organizam-se e reivindicam condições dignas de vida, para tanto se faz imprescindível a reforma agrária e o fortalecimento das políticas públicas.

JORNADA DE TRABALHO NA PRODUÇÃO DE PEPINOS: O CONTROLE DO TEMPO, TRABALHO E PRODUÇÃO DO CAMPESINATO

Outro desdobramento que investigamos em nossa pesquisa é sobre a jornada de trabalho, esta que é “imposta” pela empresa ao camponês, controlado durante a produção do pepino pelo pacote tecnológico. Na lógica da agricultura camponesa o tempo de produção e o trabalho estão vinculados às dinâmicas da natureza e quem move é força do trabalho

familiar (TAVARES, 1984). O trabalho do camponês expressa suas condições de libertação e de emancipação, nesse sentido, a base da propriedade do trabalho familiar camponês é a terra (SOUSA, CONCEIÇÃO, 2010).

Na produção camponesa a força de trabalho é caracterizada pelo seu valor de uso e cada membro da família possui um significado na unidade produtiva, nesse caso, dentro da própria família a uma divisão técnica do trabalho entre os membros da família, isto é, cada pessoa que compõe a família tem uma tarefa dentro da jornada de trabalho.

[...] a produção camponesa se mostra como um processo de trabalho concreto cujo resultado é a produção de valores de uso e cujo objetivo é a reprodução do próprio produtor não é mais que a aparência imediata da pequena e média unidade de produção agropecuária. (BARTRA, 2011, p.15).

Portanto, como vemos em Bartra (2011) a forma de organização da família para o trabalho e a produção tem seu foco ancorado no desenvolvimento das possibilidades de reprodução socioterritorial da família e manutenção das suas condições mínimas para a garantia do ciclo de produção. Entretanto, na jornada de trabalho na agricultura capitalista a lógica está comprometida com a técnica, eficiência e principalmente a rapidez buscando imprimir um ritmo acelerado de produção intervindo nos processos naturais, modificando as características do solo, através do uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas. Sendo assim, percebemos duas dinâmicas distintas e antagônicas e que estão em disputa no campo (Bombardi, 2011).

A organização do trabalho no cultivo do pepino segue os processos do pacote técnico adotado pela empresa, ou seja, o camponês se vê obrigado a realizar atividades, submetendo-se ao tempo e a rotina de trabalho imposto pela empresa.

De modo geral, constatamos que as formas de alterações de trabalho são recorrentes na história e estamos diante da produção destrutiva do capital (THOMAZ JUNIOR, 2010), em face ao nosso recorte de estudo, vemos que as famílias produtoras de pepinos se vêm sem autonomia do trabalho e são controladas pelo tempo imposto pela empresa e, principalmente pelas implicações causadas pelos agrotóxicos.

Abaixo, sistematizamos o material colhido através de entrevistas que nos remetem a rotina de trabalho na produção de pepinos:

- a) O primeiro estágio do processo de cultivo o seria preparação do solo. Para isso é necessário dissecar a terra (com uso de agroquímico) e quando necessário cercá-la, para que os animais não se aproximem (sobretudo galinhas e gado).
- b) Depois, inicia-se a processo de construção da estrutura física que compõe a base da roça do pepino, constituído pela implantação de palanques (feitos de eucalipto e muitas vezes

retirados da própria propriedade da família) e arames de aço para criar a parede onde se prenderão os pés de pepino, e, por fim, amarrar os fios de *nylon* (conhecidos como fitilhos) que servirão de condutores durante o crescimento dos pés de pepino até o topo da parede. Quando a família é muito pequena surge a necessidade da contratação de diaristas. Por fim, plantam-se as sementes no solo acompanhadas de pulverização.

c) Depois que os pés de pepinos já adquirem tamanho suficiente para se prenderem aos fitilhos o cuidado se volta para manter a irrigação e pulverização de agrotóxicos. Este processo é considerado como um trabalho mais leve, porém muito degradante, já que o trabalho é feito agachado, sob o sol e com aplicação de agrotóxicos (algumas vezes sem o uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI). Observamos em campo que o trabalho com aplicação de agrotóxicos é em sua maioria uma atividade masculina.

d) O segundo estágio do processo de pulverização intenso é durante a colheita envolvendo toda a família. Em alguns casos também é necessário contratar mão-de-obra para auxiliar neste período de colheita a fim de que se colha em tempo hábil para que não haja perda de produção por pepinos que estejam fora do padrão adotado pela empresa e por caracterizar o trabalho mais exaustivo da produção. A colheita deve ser concentrada durante no início da manhã e até o final da noite.

É importante observamos uma divisão técnica de trabalho na produção dos pepinos. Em grande parte das visitas às famílias sempre nos preocupamos em perguntar qual tarefa dentro dessa lógica de produção que cada membro da família era responsável. Na maior parte das vezes os homens sempre ficavam responsáveis pela aplicação dos venenos, mas também, trabalhavam durante a montagem da estrutura, no plantio e na colheita. As mulheres no caso se responsabilizam pelas tarefas de plantar e colher. Os jovens e/ou filhos ajudam mais durante a colheita quando o trabalho se torna bem mais intenso.

O capital amplia a jornada de trabalho familiar. Tavares dos Santos (1984) compreende a subordinação do trabalho atribuindo-as às características da subordinação formal e real do trabalho ao capital.

Num primeiro momento têm-se a subordinação formal do trabalho ao capital na medida em que o capital ainda não domina toda a forma social da produção:

O capital subordina o processo de trabalho tal como ele se desenvolvia anteriormente e, ao subordiná-lo, imprime ao processo de trabalho já constituído duas marcas. Por um lado, há uma maior continuidade e uma crescente intensidade do trabalho [...]. Por outro lado, para se aumentar a taxa de exploração do trabalho, deve-se recorrer ao aumento da jornada de trabalho, a fim de dilatar o tempo de trabalho excedente, gerando uma mais-valia absoluta. (TAVARES, DOS SANTOS 1984, p. 127).

Marx (1971) estabelece que a produção da mais-valia absoluta corresponde à submissão do trabalho formal e que a submissão real do trabalho ao capital era consequência da produção da mais-valia relativa, nesta fase, a subordinação se desenvolve pelas relações sociais entre os capitalistas e os detentores da força do trabalho, em nosso caso de estudo, a relação entre a empresa e as famílias camponesas. “Ao especializar-se em busca do lucro, o sistema do capital encontrou no campo formas de apropriar-se da terra e do trabalho do camponês com o intuito de garantir sua reprodução ampliada” (SOUSA, CONCEIÇÃO, 2010, p. 69).

Sendo assim, o camponês tem sua condição de trabalho explorada pelo capital. Tavares dos Santos (1984) ainda nos afirma que o processo de trabalho continua sendo o mesmo, ou seja, o lote e a força de trabalho continuam pertencendo ao camponês, no entanto, “o modo de produção capitalista imprime uma determinação fundamental ao processo de trabalho camponês, [...], além disso, verifica-se um controle parcial sobre o processo de trabalho camponês, exercido pelo capital industrial” (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 129).

Em suma, a jornada de trabalho do camponês nessa situação é estritamente subordinada ao pacote tecnológico adotado pela empresa *Refricon* a partir do momento em que esta determina sua produção controlando seu tempo e espaço. Uma variante que observamos em campo satisfatório desse processo de subordinação é o uso intensificado de agrotóxicos os riscos que esses sujeitos ficam diante dessa exposição diária.

O Brasil lidera o *ranking* mundial no consumo de agrotóxicos. Desde 2009, segundo o Dossiê ABRASCO (2015), a produção agrícola no Brasil está cada vez mais sujeita ao uso dos agrotóxicos, que Bombardi (2012) reconhece como uma “epidemia silenciosa e violenta envolvendo camponeses, trabalhadores rurais seus familiares e, também, a população urbana em geral” (BOMBARDI, 2012, p.01). Convém destacar que o uso de agrotóxicos se insere nos moldes da Revolução Verde conhecida como a modernização conservadora “tomada pelos atributos agroquímicos e mecânicos” (THOMAZ JUNIOR, 2010, p.178).

A principal consequência do aumento do uso de agrotóxicos é a produção de *commodities* para a indústria de agrocombustíveis destacando-se principalmente o cultivo de soja, milho e cana de açúcar. O Brasil possui a maior área dos monocultivos, lembrando que o país também os exporta, explicando dessa forma o uso aumento do consumo dos agrotóxicos e a expansão do agrohidronegócio.

Cabe ressaltar que as maiores empresas na produção dos agrotóxicos são de capital estrangeiro, tais elas como: Syngenta (Suíça), Bayer (Alemanha), Monsanto e tantas outras que controlam o mercado dos venenos e isso revela como a agricultura brasileira está monopolizada pela capital internacional (BOMBARDI, 2011).

Considerando esses dados em escala do Pontal do Paranapanema, nosso recorte de estudo, sobretudo na produção dos pepinos, pode-se estabelecer que:

A reprodução do capitalismo no campo se dá através da subordinação da renda da terra (seja ela camponesa ou não) ao capital. Esta apropriação da renda da terra é realizada quando se utiliza um insumo industrializado para produzir (BOMBARDI, 2011).

Nos trabalhos de campo presenciamos a aplicação do veneno com máquina costal e sem uso de EPI's. Ao questionarmos o motivo do não uso, a maioria dos produtores afirma “não sentir nada” no momento da aplicação e que muitas vezes o técnico não os instruiu sobre o uso. Em contraposição, alguns diziam sentir algum tipo de reação no momento de aplicação, como coceiras, tosse, ardência, dores de cabeça, mas que mesmo assim continuavam aplicando os agrotóxicos porque era orientação do técnico e sob o medo do risco de perder a produção.

De acordo com pesquisa desenvolvida por Bombardi (2013) há um número alarmante e silencioso de pessoas que são intoxicadas pelo uso e manuseio excessivo de agrotóxicos agrícolas, em vários casos, muitos levados a óbito por uso direto ou consequência. Em nosso estudo até o momento não identificamos nenhuma pessoa intoxicada diretamente na produção de pepinos, porém foram relatados casos de reações alérgicas, por isso é importante enfatizarmos que o trabalho na produção de pepinos nos moldes da lógica de subordinação se caracteriza pelos riscos presumidos à saúde humana e ambiental.

Com isso entendemos que a subordinação dos camponeses está alinhada ao processo de monopolização dos territórios, Oliveira resalta que:

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (...), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios (OLIVEIRA, 1986, p.233).

Permanecer integrados na produção do pepino faz parte de uma estratégia de sobrevivência e reprodução do campesinato com a permanência na terra frente à escassez de políticas públicas voltadas a produção de alimentos. Thomaz Júnior (2012) nos assegura que

é com as contradições do capitalismo que conseguimos entender a existência camponesa, portanto:

É também sob esse referencial que devemos sintonizar que, ao mesmo tempo em que a reprodução/recriação do campesinato é uma possibilidade historicamente presente, aceita/negada e subordinada pelo próprio capitalismo, que é, portanto, uma realidade de dentro do modo de produção capitalista e vinculada à produção de mercadorias, por outro lado se garante essencialmente pela luta e pela resistência. (THOMAZ JÚNIOR, 2012).

Desta forma os camponeses assentados, sem perspectivas encontram no plantio do pepino integrado a empresa *Refricon* uma crença de renda, por vezes, garantida, rápida, e economicamente viável, porém, eficaz no controle do tempo de trabalho, do espaço de produção e da exposição da vida humana a riscos de contaminação.

CONCLUSÕES

O Pontal do Paranapanema é um território marcado por conflitos e disputas que sempre foram vivenciadas em sua formação territorial e história marcada pela violenta e desigualdades. Primeiramente com os colonizadores e extermínio dos indígenas, posteriormente com os grileiros, e ainda os conflitos da luta pela terra e pelo acesso a ela por meio dos trabalhadores rurais e urbanos e pelos movimentos sociais do campo, como o MST citado neste trabalho.

Nos assentamentos rurais de reforma agrária do Pontal do Paranapanema, a fonte de renda mais comum é a pecuária leiteira. Essa produção tem origem de dois pontos principais: incentivos governamentais para compra de animais e manutenção dos pastos, além da herança latifundiária da pecuária que deixou para os assentados, áreas de pastagem. Além do leite, outra forma de obtenção de renda é através da piscicultura, agricultura e horticultura, cuja produção é destinada a programas governamentais como o PAA e o PNAE, além de feiras livres.

Com o declínio das políticas públicas de incentivo a agricultura familiar, criou-se um cenário favorável à expansão do capital privado sobre os assentamentos. Neste contexto, a empresa de alimentos vegetais *Refricon Mercantil*, aproveitando-se do discurso de incentivos iniciais, assistência técnica, lucro alto e rápido, atraíram muitas famílias a entrarem no seu projeto de produção de pepinos para conserva.

A lógica desenvolvida pela empresa *Refricon* vem por meio dos seus “atrativos de lucratividade” controlar o tempo, a parte de sua produção e suas técnicas de trabalho da família camponesa. As formas de subordinação acontecem quando a empresa se apropria do

que se produz na terra, da forma de como se deve trabalhar e quanto ao valor no qual se pretende pagar por essa atividade.

Com isso, a empresa explora os trabalhadores que devem produzir em ritmo e padronização industrial. Para isso utilizam grande quantidade de insumos químicos, e chegam a trabalhar mais de 12 horas por dia. Além disso, as famílias são subordinadas a empresa através de dívidas, uma vez que, ela disponibiliza insumos antecipados, geralmente acima do preço de mercado, para ser pago conforme a colheita do produto.

Podemos considerar também que essa lógica que ao mesmo tempo subordina e controla o trabalho camponês, contraditoriamente possibilita sua recriação já que é uma estratégia de sobrevivência e alternativa de renda diante de um contexto ínfimo de políticas públicas. Embora, os últimos anos as políticas públicas criadas nos governos Lula e Dilma (como PAA e PNAE) proporcionou melhoras que atendessem as demandas dos assentados esse melhoramento que ainda não era o ideal, contribuía para da reprodução do campesinato.

Com o golpe político/legislativo/judiciário e midiático em 2016, tais políticas estão em processo de extinção e os camponeses buscam à sua maneira lutar pela permanência e existência no campo, mesmo que seja cedendo para o capital, parte do seu tempo de trabalho, de sua fração do território e da saúde de sua família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASCO, Dossiê. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 1ª edição. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BARTRA, A. V. Os novos camponeses: Leituras a partir do México profundo. In: **A exploração do trabalho camponês pelo capital**. São Paulo: Cultura Acadêmica. Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento, 2011, p.11-64.

BENINI, L.O; FELICIANO, C. A. **Entre O Campo e a Cidade: Reflexões Sobre o Espaço Da Juventude Camponesa**. Revista Pegada – vol. 17 n.2, p. 208-225, dez.2006

BENINI, L. de O. **Subordinação e resistência camponesa na disputa territorial no Pontal do Paranapanema**. 2018. Relatório para exame de qualificação para a obtenção de título de Mestre em Geografia - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2018. (mimeo).

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. Direitos Humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2012.

_____ A Subordinação da Renda da Terra Camponesa ao Capital. In: BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa**. 1ª edição. ed. São Paulo: Annablume, 2004. cap. IV, p. 249-280. v. 1.

_____ **Agrotóxicos: uma arma silenciosa contra os direitos humanos**. Direitos humanos no Brasil 2013: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2013

_____ **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. In: Boletim Dataluta. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, setembro de 2011, p. 1 - 21.

_____ **Violência Silenciosa: o uso de Agrotóxicos no Brasil**. Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

FELICIANO, C. A. **Território em disputa: Terras (re) tomadas. (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema)**. 2009

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 43, p. 239-254, 2001.

LEAL, S. C. T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos**. 2017.

Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/150946>>.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo, Hucitec/Fundação Unesp, 1998.

MARQUES, M. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

MARTINS, C. N. **Pepino: produção triplicada**. Revista Cultivar Hortaliças e Frutas, Pelotas, n. 24, 2004.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultura. 1985.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ORIGUELA, C. F. **A atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema-SP**. In: XIII Jornada do Trabalho, 2012, Presidente Prudente. XIII Jornada do Trabalho -, 2012.

PAULINO, E.T. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, v.1, n. 1, p. 5-20, nov.2004.

RABELLO, D. **Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para a transição agroecológica.** 2014. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/123026>>.

Refricon Vegetable Foods. Disponível em: <http://www.refriconalimentos.com.br/>. Acesso em: 27 outubro de 2018.

SOUSA, R. A. D.; CONCEIÇÃO, A. L. **O camponês e o trabalho: Analisando a importância do excedente social.** In: Revista Pegada – vol. 11 n.1 Junho de 2010, p. 64-76.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (1984). **Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: HUCITEC.

THOMAZ JUNIOR, A. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. In: THOMAZ JUNIOR, A; FRANÇA JUNIOR, L B (Org.). **Geografia e Trabalho no século XXI.** 1ª edição. ed. Presidente Prudente: Entelha, 2010. p. 176-216. v. 5.

Submetido em: janeiro de 2019

Aceito em: março de 2019